



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 94ª Reunião Ordinária

16 de maio de 2023

1 No dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e três, às 16 horas e 15 minutos, integrantes do Conselho Municipal
2 dos Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) reuniram-se para a 94ª Reunião Ordinária do CMDM - Gestão
3 2022/2026. A reunião foi realizada de forma presencial no Auditório da Prefeitura Municipal de Londrina, sito à
4 Avenida Duque de Caxias, 635, segundo andar, Centro Cívico, Londrina, Paraná. Conforme Ofício Circular
5 005/2023-CMDM a reunião teve a seguinte **proposta de pauta**: **1)** Apresentação e aprovação da pauta; **2)**
6 Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 18/04/2023 (leitura prévia); **3)** Educação Continuada: Política
7 Pública e Transversalidade de Gênero (Elaine Galvão); **4)** Planejamento do CMDM – Programação anual do
8 programa de “Educação Continuada em Controle Social e Políticas Públicas”; **5)** Relato das comissões do CMDM;
9 **6)** Informes (Maternidade HU/Reunião CEDM; Reunião CML; Patronato/VEP). **Conselheiras(os) presentes**: Tatiene
10 Matoba de Avila, Lucimar Rodrigues da Silva Alves, Fernanda Serenário, Priscila Alexandra Colmiran, Daisy
11 Amanda Mench, Kathia Regina Galdino de Godoy, Geocélia Alves Ribeiro, Walter Cortez Mostaço, Cassia Munhoz
12 Silva, Patrícia Selvatici Preto, Queila Maria L. Spoladore, Margarete Cipolla, Sueli Galhardi, Jeanete Vargas
13 Azevedo, Márcia Cacilda Ribeiro, Marselle Nobre de Carvalho, Martha Celia Ramirez Galvez e Sarai Tarcia de Brito.
14 **Justificaram a ausência**: Maryanne Lopes Martins, Cristiane Aparecida Prado Altero e Suely de Fátima de
15 Magalhães. **Outras(os) participantes**: Rosangela Portella Teruel (Assessora de Planejamento e Gestão da
16 Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres - SMPM), Elaine Galvão (Rede Feminista de Saúde). A
17 Presidenta, Sueli Galhardi, inicia dando boas-vindas e inicia com o item **1) Apresentação e aprovação da pauta**:
18 Faz-se a leitura da pauta proposta solicitando a aprovação da plenária. Pauta aprovada. **2) Aprovação da ata da**
19 **reunião ordinária realizada em 18/04/2023**: Aprovada. **Correspondências recebidas e expedidas**: **Recebidas**: **a)**
20 E-mail da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Curitiba pedindo dados de contato do CMDM. **b)**
21 Ofício 326/2023 da SETI em resposta ao Of. 012/2023-CMDM. Comunica que a solicitação relacionada com a
22 Maternidade do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina deve ser encaminhada à Secretaria
23 de Estado da Saúde (SESA), na pessoa do seu titular, o Secretário Beto Preto. A título de esclarecimento, informa
24 que as questões pertinentes estritamente à saúde estão no âmbito da SESA e às relativas ao ensino, na esfera da
25 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). **c)** E-mail da Vice-Reitoria da UEL em resposta ao Of.
26 015/2023-CMDM. Acerca da Maternidade do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina,
27 informa que já foi realizada reunião com o Secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Gebrim Preto, e
28 encaminhada proposta de implantação da Nova Maternidade do Hospital Universitário (HU) construída pela
29 Direção do HU e chancelada pela Reitoria/Vice-Reitoria da UEL. **d)** Of. 047/2023 do CMDCA: Convida para evento
30 em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e lançamento
31 da Campanha Publicitária sobre Prevenção e Combate à violência contra Crianças e Adolescentes. Dia 15/05, 9h,
32 Auditório da OAB Londrina. **e)** E-mail da Coordenadora do Projeto de Extensão “Violência de gênero e
33 empoderamento de mulheres em desproteção social: mulheres apenadas e atendidas pelo CREAS em Londrina”
34 em resposta ao Of. 078/2022-CMDM que solicitava informações sobre mulheres apenadas e relatos de
35 dificuldades em relação ao uso da tornozeleira eletrônica e suposto tratamento diferenciado entre homens e
36 mulheres pelo sistema penitenciário. Informa não dispor das informações requeridas, porém se coloca à
37 disposição para auxiliar na coleta dos dados. **f)** Convite (e-mail) para encerramento da segunda edição do curso
38 de extensão “O mundo das mulheres e seus direitos”, dia 22/05, das 14 às 16 horas, na Sala de Reuniões do CLCH-
39 UEL. O curso é uma atividade do projeto de extensão Violência de Gênero e Empoderamento de Mulheres em
40 Desproteção Social, que integra o Programa Institucional Empoderamento e Liderança das Mulheres Paranaense,
41 da Universidade Estadual de Londrina, com apoio da Fundação Araucária. **Expedidas**: **a)** Ofício 020/2023-CMDM
42 para Secretaria Estadual da Mulher e Igualdade Racial: envia para ciência da nova Secretaria o PMPM 2023-2026.
43 **b)** Ofícios 021 a 024/2023-CMDM para CODEL, SMTER, SMI e SEMA, respectivamente: informam, conforme
44 deliberação da plenária, que as secretarias ultrapassaram o número de faltas regimentais e solicitam indicação de
45 novas(os) representantes ou confirmação das atuais indicações, se verificada a disponibilidade de participação
46 nas reuniões. **c)** Ofício 025/2023-CMDM para Vara de Execuções Penais: solicita informações sobre eventuais



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 94ª Reunião Ordinária

16 de maio de 2023

47 tratamentos diferenciados entre homens e mulheres no cumprimento de penas e no uso da tornozeleira
48 eletrônica (a ser encaminhado/finalizando redação). **d) Ofício 026/2023-CMDM** para Secretário de Estado do
49 Planejamento e Projetos Estruturantes: Considerando a elaboração, neste ano, do novo Plano Plurianual (PPA)
50 2024-2027 pelo Governo do Estado, envia propostas retiradas do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
51 2023-2026, elaborado pelo CMDM, que tem como base as demandas apresentadas na X Conferência Municipal
52 de Políticas para as Mulheres, realizada em 2022, refletindo-se, portanto, em anseios trazidos pela sociedade civil.
53 **3) Educação Continuada: Política Pública e Transversalidade de Gênero:** a convidada, Elaine Galvão, socióloga e
54 representante da Rede Feminista de Saúde, inicia sua apresentação, cujo PDF irá anexo a esta ata. Elaine abordou
55 os conceitos de gênero, políticas públicas, transversalidade, dentre outros. Elaine destacou a importância de
56 alocar recursos para execução da política para as mulheres. Rosângela ressaltou que está em pauta a criação do
57 Orçamento Mulher, de forma a evidenciar o orçamento destinado para a política para as mulheres, executado por
58 diferentes secretarias e órgãos da administração municipal, e que o Orçamento Mulher ajudará os agentes
59 públicos, a sociedade e os conselhos a visualizar o total de valores previstos e executados nas leis orçamentárias,
60 nas diferentes áreas. Para exemplificar a transversalidade de gênero nas políticas públicas, a plenária
61 exemplificou a questão da acessibilidade no transporte público para mulheres com crianças em carrinhos. A este
62 respeito, a plenária deliberou por oficiar a CMTU para sugerir que mulheres com carrinho também possam utilizar
63 a plataforma elevatória que alguns veículos possuem. **4) Planejamento do CMDM – Programação anual do**
64 **programa de “Educação Continuada em Controle Social e Políticas Públicas”:** Cientes das dificuldades de horário,
65 Sueli esclarece à plenária que a proposta da Comissão Diretora, com o apoio da assessora Rosângela, foi utilizar a
66 parte inicial das reuniões ordinárias do CMDM e fazermos todo mês uma capacitação. Ao final seria gerado um
67 certificado do ano. Foi apresentado o cronograma de 2023, com os temas sugeridos, quase sempre relacionando
68 o assunto às datas importantes no calendário das políticas para as mulheres. Apresentada a proposta de
69 capacitação, de maio a novembro, a conselheira Martha sugeriu incluir a reunião de dezembro no cronograma,
70 com capacitação alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Sugestão acolhida e calendário de
71 capacitações aprovado, conforme tabela abaixo:////////////////////

16 MAIO	Transversalidade de gênero nas políticas para as mulheres: a atribuição de cada serviço no atendimento às mulheres vítimas de violência e seus familiares <u>Apresentação:</u> Elaine Galvão – Rede Feminista de Saúde
20 JUNHO	Direitos sexuais e reprodutivos <u>Referência:</u> 28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna
18 JULHO	Feminicídios em Londrina <u>Referência:</u> 22 de julho - Dia Municipal e Estadual de Combate ao Feminicídio e 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
15 AGOSTO	Leis de proteção às mulheres no Brasil: avanços a partir da Lei Maria da Penha <u>Referência:</u> Agosto Lilás e 07 de agosto, Dia da Lei Maria da Penha
19 SETEMBRO	Saúde mental e atenção psicossocial para mulheres em situação de violência <u>Referência:</u> Setembro Amarelo
17 OUTUBRO	Outras formas de violências e suas peculiaridades: - Violência contra a mulher idosa, acamada e/ou com deficiência. - Violência institucional, política e nos espaços religiosos. <u>Referência:</u> 01 de outubro - Dia Internacional da Pessoa Idosa
21 NOVEMBRO	A violência contra as mulheres na perspectiva interseccional de gênero, raça/etnia e classe social <u>Referência:</u> 20 de novembro - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra / 12 de outubro – Dia da Mulher Indígena
12 DEZEMBRO	A violência contra as mulheres como violação de direitos humanos <u>Referência:</u> 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 94ª Reunião Ordinária

16 de maio de 2023

72 **5) Relato das comissões do CMDM:** Comissão de Transversalidade, Gestão e Controle Social e Comissão de
73 Legislação: Rosângela informa a plenária sobre a realização audiências relacionadas ao próximo PPA Federal, por
74 meio de plenárias estaduais. As plenárias estaduais são uma das etapas do PPA Participativo em que a sociedade
75 fará a sua colaboração nas decisões sobre como o Governo Federal deverá aplicar os recursos públicos. As
76 plenárias irão acontecer do dia 11 de maio a 10 de julho de 2023 nas capitais dos 26 estados e no Distrito Federal.
77 A participação também poderá ser online e será preciso realizar inscrição para participar das plenárias. O
78 endereço é <https://www.gov.br/participamaisbrasil/ppa-plenarias>. A plenária do PARANÁ está prevista para o dia
79 07 de julho, das 10 às 13 horas. Relata, ainda, sobre o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres e a perspectiva
80 de aporte financeiro por meio dele. A conselheira Jeanete, que representa o CMDM no “Comitê Interinstitucional
81 de Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente
82 do Município de Londrina” pede a palavra para informar reunião que participou sobre o monitoramento do Plano
83 Decenal. Relata sua preocupação com o andamento dos trabalhos do Comitê. Rosângela explica como se dá o
84 acompanhamento do Plano a fim de esclarecer a conselheira e a plenária. **6) Informes:** Elaine questiona se o
85 CMDM fará algo em alusão ao 28 de maio - Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de
86 Redução da Mortalidade Materna. Após debate, fica decidido que a Comissão de Saúde será a responsável por
87 desenvolver ação neste sentido. Sueli também faz seu relato sobre a reunião com a Comissão de Defesa dos
88 Direitos das Mulheres da Câmara Municipal de Londrina, com representantes do CMDM, SMPM e SMS, com o
89 objetivo de planejar, em parceria, a realização de eventos em julho (Dia Municipal e Estadual de Combate ao
90 Femicídio) e novembro (21 dias de ativismo). A ideia é aproximar-se da comunidade levando as ações para os
91 bairros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h20, e eu, Fernanda Serenário, 1ª Secretária do
92 CMDM, lavro a referida ata. //////////////////////////////////////

Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres

Transversalidade de gênero nas políticas públicas para as mulheres

Elaine Galvão


Socióloga

Rede Feminista de Saúde - RFS


Londrina, 16.05.23

ROTEIRO


Emergência e
construção do
conceito



Conceitos: políticas
públicas e gênero



Transversalidade
enquanto estratégia



Gestão da
transversalidade


Emergência e
construção do
conceito
construção do
conceito

- **IV Conferência Mundial sobre a Mulher** – ONU (1995) - *Gender mainstreaming*: perspectiva integral e transversal de gênero como estratégia para reduzir pobreza e desigualdades.
- **Plano Plurianual 2003 – 2007**
- **Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 – 2007 e 2011)**
- **Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 – 2007, 2008 – 2011, 2013 – 2015)**



Conceito de políticas públicas

- “Políticas públicas são uma das formas de interação entre o **Estado** e a **sociedade civil** por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações e procedimentos que (re)constroem a realidade da nação.” (BANDEIRA, 2013, P.36)
 - Elas visam responder a demandas da sociedade, ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.
-



Conceito de políticas públicas

- “As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação – mas, sobretudo, em seus resultados – formas de **exercício do poder político**, envolvendo a **distribuição e redistribuição de poder** e de **recursos**. Sistematizam o papel das **tensões** e do **conflito social** nos processos de decisão e na partição e repartição de **custos e benefícios sociais**”.
 - Políticas públicas X políticas governamentais.
-

Gênero e políticas públicas


“A busca por articular as políticas públicas com a perspectiva de gênero é recente e denuncia o fato de elas não serem neutras no que diz respeito à condição de gênero e aos impactos diferenciados que ocasionam em homens e mulheres”
(BANDEIRA, 2013, P.36)

Conceito de gênero

- “gênero é constitutivo das **relações sociais** baseadas nas **diferenças** percebidas entre os **sexos** como o conjunto de **normas, valores, costumes** e **práticas** em que a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. Trata-se da forma primária de significar o **poder**, uma vez que tais **diferenças** se configuram como **desigualdades**.(SCOTT, 1995 Apud. BANDEIRA, 2013, P.37)

Conceito de gênero

- Diz respeito às relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre os sexos, que evidenciam as condições de **desigualdade** presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas de poder.



Políticas públicas de gênero X políticas para as mulheres

“As políticas públicas brasileiras, em geral, quando dirigidas às mulheres não contemplam **necessariamente** a perspectiva de gênero (...) As políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, de menor abrangência, atendendo a demandas sem instaurar uma possibilidade de **ruptura com as visões tradicionais do feminino**. (BANDEIRA, 2013, p.38)

Transversalidade e Interseccionalidade

- Além das desigualdades “entre-gênero”, considerar as desigualdades “intra-gênero”.
- *As mulheres vivem em contextos de desigualdades complexas e diferenciadas, conforme sejam mulheres urbanas ou rurais, heterossexuais ou lésbicas, jovens ou idosas, brancas, negras ou indígenas.*

Transversalidade e Interseccionalidade

- “O racismo e o sexismo são duas formas fundamentais de discriminação que perpassam a sociedade em todas as relações sociais no Brasil. Gênero e raça, assim como classe social, são eixos estruturantes dos padrões de exclusão e desigualdade”.
- Portanto, as especificidades das desigualdades a que as mulheres estão submetidas, conforme sua inserção social, devem ser consideradas. (BRASIL, 2011, p. 19).
- Perspectiva importante: **EQUIDADE**

Transversalidade enquanto conceito

Reorganização da totalidade das políticas públicas, de modo a garantir que as considerações acerca das especificidades das mulheres sejam assimiladas por todas as estruturas governamentais, não unicamente em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher.

Responsabilização dos(as) agentes públicos(as) em relação à superação das assimetrias de gênero nas distintas esferas de governo e entre elas. (BANDEIRA, 2005).

Transversalidade enquanto estratégia

“Reorienta as competências políticas, institucionais e administrativas, assim como a responsabilização de agentes públicos, permitindo uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.” (BANDEIRA, 2005)

Gestão da transversalidade

- Articulação horizontal e não hierárquica;
- Responsabilidade compartilhada;
- Integração de programas complementares;
- Criação de instrumentos de gestão que permitam a sua operacionalização;
- Garantir a institucionalidade da agenda na rotina de todos os órgãos da gestão pública;
- Estabelecimento de redes que triangulem: intergovernabilidade, intragovernabilidade, intersectorialidade.



Transversalidade
de gênero: desafio
político

- **“Pacto de responsabilidade compartilhada”**
- “Somente uma ação conjunta de todos os setores pode obter sucesso em mudar uma realidade de desigualdade entre homens e mulheres”
(Brasil, 2011, p. 7)

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Brasília, 2005.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; DE ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.
- BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.
- BRASIL. Orientações estratégicas para institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.
- BRASIL. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, 2011.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 47-71, 2004.